

# CAMBOINHAS: DEBATES EM TORNO DE UM “LUGAR INDÍGENA” E DA “CULTURA”<sup>1</sup>

Elizabeth Pissolato<sup>2</sup>  
Lucília da Glória Dias<sup>3</sup>  
Rafael Siqueira Machado<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como foco a instalação de uma família guarani mbya que deixou a Terra Indígena de Parati Mirim, nas proximidades de Parati, Rio de Janeiro, onde vivia com outras famílias mbya, instalando-se em Camboinhas, uma área de praia em Niterói. Acompanhamos negociações simbólicas em torno desse lugar, que passou a ser caracterizado como “indígena” e elaborações, neste processo, em torno da “cultura”, com interesse particular nas apropriações, pelos mbya em questão, de sua própria “cultura”.

**Palavras-chave:** Guarani Mbya. Camboinhas. Transformações. Cultura.

## INTRODUÇÃO

Em março de 2008, uma família mbya guarani veio instalar-se na praia de Camboinhas, na região de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. Deixando o local anteriormente ocupado, na Terra Indígena de Parati Mirim, onde mantinha, há cerca de 15 anos, um núcleo de casas, algumas roças e uma atividade artesanal organizada, essa família passou a viver em uma área de praia, concentrando-se na venda de artesanato e em outras atividades, como a visitação do local de moradia, intensificando, desse modo, suas relações com os brancos e com o contexto urbano em que se insere.

O trabalho tem como objetivo, por um lado, acompanhar uma série de enunciados sobre Camboinhas que se constituem e se põem em relação em uma rede complexa de discursos, ao longo de algumas décadas e, por outro lado, levantar questões a propósito das apropriações da própria “cultura” pelos mbya, nesse novo contexto de vida.

Mapear a rede de discursos e acompanhar a constituição de um local “indígena” em Camboinhas, parece importante para compreendermos a própria ocupação mbya da área, ocupação, por sua vez, que

---

1 Texto elaborado como resultado da primeira etapa da pesquisa *Transformações e Novas Conceituações Indígenas*, realizada no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – BIC/UFJF

2 Professora Orientadora - Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas/ UFJF, e-mail: [epissolato@terra.com.br](mailto:epissolato@terra.com.br)

3 Bolsistas BIC/UFJF

não deixa de produzir uma intensificação do debate sobre o local, atualizando posições discordantes quanto à “aldeia na praia”, colocando em discussão argumentos “ambientalistas” e “étnicos”, entre outros e, opondo, inclusive, interesses “indígenas” distintos.

## METODOLOGIA

Para se acompanhar a construção de significados em torno de Camboinhas e a importância que o lugar assumiu para a população local e do entorno, para órgãos do Estado do Rio de Janeiro e para alguns setores e movimentos sociais, é preciso que se recupere pelo menos três ou quatro décadas de informação sobre o local. Sabe-se que, desde os anos 1970, Camboinhas é palco da disputa entre ambientalistas e empreendedores imobiliários e, já nesse período, o IPHAN pediu ao governo do Estado medidas de proteção à área, afirmando seu valor para a pesquisa arqueológica.

Para o presente trabalho, a pesquisa concentrou-se na segunda metade da década de 1990 e, usou como fontes, jornais locais e documentos diversos como cartas, relatórios e partes de processos relacionados à ocupação e proteção de Camboinhas. Os enunciados dos ocupantes mbya situam-se, num momento inicial da ocupação, em conversas durante uma breve visita ao local, realizada em julho de 2008, para fins de elaboração de uma Informação Técnica à Funai<sup>4</sup>.

## REDE DE DISCURSOS

O lugar de que falamos é uma área de restinga que tem um histórico antigo de ocupação e, atualmente, é foco de interesse tanto da especulação imobiliária quanto dos defensores de direitos ambientais que atuam em defesa da Mata Atlântica. Parte do complexo da Lagoa de Itaipu, Camboinhas é também de grande interesse para a pesquisa arqueológica na região e vem sendo objeto de uma série de demandas, encaminhadas por pesquisadores e pela sociedade, no sentido de sua proteção e preservação enquanto patrimônio. Desde, pelo menos 2005, é também local de interesse do movimento indígena no Brasil, onde têm sido realizadas manifestações em defesa dos direitos indígenas com a presença de representantes de diversas etnias.

Alguns argumentos básicos em torno da importância do local serão aqui apresentados e seguiremos seus percursos, apontando articulações importantes e buscando reconhecer como os discursos agem uns sobre os outros e como certos elementos, sejam noções, pessoas, objetos – assumem uma posição chave nesse processo.

Entre os anos de 1979 e 1981, uma equipe do Museu Nacional coordenada pela Profa. Dra. Lina Maria Kneip desenvolveu pesquisas arqueológicas em Camboinhas, datando os sítios ali presentes e apontando a importância de sua preservação. Em 1982, essa arqueóloga e mais cerca de 20 cientistas de universidades brasileiras e estrangeiras entregaram solicitação escrita ao Presidente da CBPI (Companhia Brasileira de Participações e Investimentos), propondo “a preservação, proteção e exposição adequada dos testemunhos restantes do Sambaqui de Camboinhas, no plano de urbanização da Comunidade Planejada de Itaipu”<sup>5</sup>.

Em 1992, essa arqueóloga e o presidente da Sociedade Pró-Preservação Urbanista e Ecológica de Camboinhas (SOPRECAM) encaminharam ao presidente da firma, que teria a propriedade da área

4 O trabalho de campo realizado pela orientadora deste projeto junto aos mbya, moradores das aldeias de Parati Mirim e Araponga, entre 2001 e 2004, para a pesquisa de doutorado e que tem continuidade com visitas e a realização de novas pesquisas vinculadas a processos de revisão de limites dessas terras indígenas, contribui, certamente, para os desenvolvimentos aqui propostos.

5 Abaixo assinado feito em Itaipu, no dia 10 de agosto de 1982.

em que se encontra o sambaqui referido, carta afirmando o interesse da “comunidade científica” e da “sociedade” pela preservação do local, com seu “cercamento imediato”, bem como sua “exposição adequada”.

Mais uma década e surge um projeto de lei na Câmara Municipal de Niterói, propondo “o tombamento do Sambaqui de Camboinhas [...] em resgate aos vestígios sambaqui encontrados em sua área, como o mais antigo testemunho de comunidade indígena”<sup>6</sup>, o texto afirmando a finalidade do local para “pesquisas científicas”.

O valor arqueológico estaria no centro da argumentação pró-preservação, reunindo interesses da “comunidade científica” e da “sociedade”, em oposição a interesses privados de empreendimento imobiliário, até o início dos anos 2000, quando à importância arqueológica vem juntar-se o argumento da “preservação do ambiente”.

Em um laudo técnico feito, provavelmente, em meados dos anos 2000, pelo biólogo Gilberto de Menezes Schittini sobre a Guarderia “Meu Garoto Windsurf”, cujas instalações ocupavam então o local em que os mbya viriam a se instalar, a “conservação ambiental” e a “educação ambiental” aparecem, em primeiro plano, como argumentos favoráveis à ocupação e atividades desenvolvidas pelo atleta George Rebello. São citados o cultivo de mudas de plantas nativas e iniciativas de reflorestamento desenvolvidas por mutirões, envolvendo escolas públicas.

Maior evidência ganha a razão “ambiental” nos anos seguintes. Em 2004, uma ação civil ajuizada pelo Ministério Público Federal suspende a “execução de qualquer empreendimento imobiliário no entorno da Lagoa de Itaipu que necessite de aterramento [...] bem como outros que não disponham de licenciamento ambiental” (Informativo SOPRECAM, outubro de 2004). A ênfase sobre a necessidade de avaliações por parte do IBAMA, a entrada em cena dos laudos técnicos feitos por esse órgão e as análises de “impacto ambiental” passam a compor o debate que opõe, de modo claro, os adeptos da preservação ambiental e os empreendedores que, na matéria de jornal aqui focalizada, teriam iniciado obras e negociado imóveis na planta, na região.

A presença dos sítios arqueológicos continua como elemento chave no debate público para a afirmação da necessidade de preservação, a importância da “proteção da memória” ou do “patrimônio cultural”, reunindo-se aos argumentos “ambientalistas” que enfatizam a necessidade de preservação do complexo lagunar, em situação crítica, da vegetação de restinga e da porção de Mata Atlântica existentes.

Em 2006, o então deputado estadual Carlos Minc apresentou o projeto de lei 3388/2006, propondo que “a área de sambaquis de Camboinhas fosse Área de Preservação Permanente – APP [...], vedada à edificação e descaracterização e onde havia dois Sítios Arqueológicos [...], devendo ser preservada “por conter área de grande interesse arqueológico e histórico”.

Nessa ocasião, outras vozes e *performances* estariam, também, entrando em cena, através das “manifestações”, dos “atos” ou “rituais” que passam a acontecer, desde 2005 no local. Época em que a presença do movimento indígena se torna evidente, visualmente e na formulação de enunciados, particularmente, nesse primeiro momento, na figura daqueles que os jornais noticiam como “representantes” de diversas etnias indígenas. A data é emblemática e coincide com a comemoração anual do “Dia do Índio”, em 19 de abril.

Em 2005, o ato reuniu “entidades ambientalistas e comunitárias” de Niterói, como informa um ofício da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado ao Secretário Municipal de Urbanismo, assumindo a organização do evento juntamente com outras entidades. Conforme o ofício, tratou-se de uma “manifestação pacífica pela conservação da Lagoa de Itaipu e pela memória do Sambaqui Camboinhas”, contando com “a participação de 30 índios de 6 etnias”, que

6 Projeto de Lei 50/2002, apresentado pelo vereador João Geraldo Bezerra de Menezes Galindo.

teriam “sauda[do] o quase extinto sambaqui com rituais de danças e cantos impressionando o público de mais de 200 pessoas, o evento [sendo] amplamente coberto pela mídia”.

Em 2006, o evento é chamado de “ato indígena” em um ofício encaminhado pelo Conselho Comunitário da Região Oceânica (CCRON) ao Museu de Arqueologia de Itaipu, solicitando a colaboração deste. Sua preparação, diz o ofício, conta com a participação de vários indígenas: “17 representantes de 4 etnias, os Guajajara e Krikatí (Maranhão), os Pataxó (Bahia) e os Fulniô (Pernambuco) e a realização de um “belíssimo ritual” na área dos sítios. Inclui, também, a colocação de “um marco” na área, onde “dançarão e cantarão invocando os espíritos da natureza – da mata e do mar e de seus antepassados para a proteção do meio ambiente e da rica história e pré-história da região”.

O jornal “O Fluminense” anuncia a presença dos “dezessete representantes [das] quatro etnias indígenas, [de] ambientalistas e [do] deputado Carlos Minc” na manifestação e o Jornal do Brasil noticia o evento como “protesto realizado por índios Guajajara”. A primeira matéria ressalta a importância dos sítios arqueológicos e a presença das vegetações de “restinga, manguezal e brejos” na área, postas em risco pela “construção de luxuosos condomínios”. O JB, em seu caderno “Memória”, informa que o “protesto [visa] impedir novas construções na área e preservar a memória dos povos que viveram na região”. Dando destaque à fala de um dos Guajajara à frente do “Movimento Indígena do Estado”, Arão da Providência, a matéria aponta a necessidade de se criar uma Unidade de Conservação (UC) na área. Nesse sentido, haveria uma convergência entre o discurso do “movimento indígena” e dos “ambientalistas”, particularmente representados por Carlos Minc, que havia acabado de propor o projeto de lei referido (cf. supra). O evento constou de danças e cantos ou “rituais” feitos pelos indígenas, outras participações musicais e um abraço simbólico ao Sambaqui de Camboinhas. Nas fotos veiculadas em ambos os jornais, a presença de elementos “indígenas” ganha destaque. Além da faixa do “Movimento Indígena do RJ”, são registrados “[indígenas] pintados para a guerra”, portando “roupas típicas” e dançando em círculo e o “marco” posto no local: uma “oca” construída nesse dia.

Um aspecto a ser notado é a presença dos “Guajajara”, que ganha evidência no evento de 2006, conforme se lê em um dos jornais. De fato, alguns nomes, como o de Arão e José Guajajara passam a estar frequentemente associados a Camboinhas, seja na mídia ou em outras instâncias de negociação de interesses, como a justiça.

Não temos elementos para uma análise sobre a organização do movimento indígena, no estado do Rio de Janeiro, nem para recuperar a trajetória dos indivíduos guajajara que vivem no estado, como é o caso de Arão, advogado inscrito na OAB-RJ e criador de uma ONG, de nome Centro de Etnoconhecimento Sócio-cultural e Ambiental Cauieré (CESAC), que assumiu, em certa medida, uma posição de representação dos Mbya, durante o início da ocupação de Camboinhas. De certo modo, é provável que esses indivíduos tivessem um papel importante na negociação da mudança dos Mbya de Parati Mirim para Camboinhas e, antes disso, na construção de Camboinhas como “lugar indígena”.

Em 2007, o evento se repete, com a participação de indígenas, dessa vez, incluindo convidados mbya vindos de Parati Mirim, um líder Tucano, Arão e José Guajajara, entre outros, que se reúnem com o Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Minc, o superintendente do IBAMA e o presidente do IEF, com a manifestação tendo tom de crítica ao “descaso das autoridades em relação à preservação do meio ambiente e à cultura indígena” (JB, 23 de abril de 2007).

O jornal O Fluminense, que entrevista Arão da Providência, denominado “o representante das tribos”, informa que o “ritual” teve como objetivo “recuperar e preservar terras indígenas na Lagoa de Piratininga e construir o Museu *in loco* do Sambaqui de Camboinhas”, em uma tentativa de “unir a cultura étnica com o conhecimento científico e criar um espaço de interação”, nas palavras de Arão. A matéria diz estarem presentes cerca de 40 índios, de diversas etnias (tukano, tembé, fulniô, guajajara,

guarani, caiapó, krikatis e krahós) que, ao final, “cercaram a área com fita isolante para simbolizar a retomada do terreno”.

Novamente, Arão fala como “representante indígena”, em uma matéria do JB de setembro de 2007, sobre a ampliação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, afirmando que a área “abriga um cemitério indígena de tupi-guarani”. Em seguida, dizendo ser ele próprio do “tronco linguístico guarani”, o advogado reconhece, no local, “a sobreposição de distintas culturas indígenas, entre elas o homem sambaquiiano, o tupi-guarani e o caiçara”.

O ano de 2008 é marcado pela chegada dos Mbya, no mês de março, por uma ação movida na justiça pela Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Cambinhas (SOPRECAM) para a retirada dos mesmos e a assinatura de um decreto pelo governador Sérgio Cabral, ampliando o Parque da Serra da Tiririca (PESET) em 181 hectares e a intensificação de manifestações e campanhas.

O jornal A Tribuna de 11 de abril associa a chegada dos Mbya ao “tradicional encontro” do “Dia do Índio”, reunindo diversas “nações indígenas” e dá destaque à imagem de Izaías, um rapaz mbya, com “restos de ossadas de seus antepassados” nas mãos.

Noticiando a ampliação do PESET, o jornal O Globo (20 de abril de 2008) destaca os comentários do Secretário Estadual do Ambiente sobre “a maior vitória de Niterói contra a especulação imobiliária dos últimos 30 anos” e seu intuito de “transformar Niterói na capital estadual da ecologia”.

Na mesma data, O Fluminense associa o decreto de ampliação com a comemoração do “Dia do Índio”, em Cambinhas e a aldeia mbya de nome Tekoa Itarypu ali instalada. Quem aparece então como “um dos representantes da aldeia” é José Guajajara, que conta que, “desde 2002, quando a aldeia foi instalada no local, foi iniciada a luta para impedir a degradação da natureza e dos sambaquis”, observando que, na assinatura do decreto, 60 mil metros quadrados teriam ainda sido deixados de fora. A matéria dá também voz a Arão Guajajara, que se pronuncia a favor da inclusão da porção que ainda ficara de fora, afirmando “Queremos apenas que nosso solo sagrado seja preservado. A constituição nos garante este direito”.

Até aqui foram apresentadas, de modo sucinto, perspectivas diversas, que poderíamos qualificar como ambientalistas, memorialistas, culturalistas, indígenas, comunitárias, científicas etc, que tendem a se reunir em prol da preservação de Cambinhas e do combate à especulação imobiliária. Alguns elementos emblemáticos nos discursos pró-preservação são o sambaqui, a lagoa, a restinga... e, mais recentemente “o indígena”.

Essas qualificações são certamente fluidas e, nos argumentos efetivamente utilizados em diversos contextos discursivos, os “motivos” podem ora convergir, ora se sobrepor ou se opor. O elemento “indígena” parece ser um dos elementos mais flexíveis, podendo *compor*, por exemplo, com a noção de “resgate das origens”, vinculada à presença dos sambaquis, ou associar-se à “preservação ambiental”, quando se ressalta o “respeito indígena” aos rios, lagos, montanhas, ou supõe-se a “proteção” pelos “espíritos da natureza” “invocados” pelos mesmos em seus “rituais”. Por outro lado, pode ser tido como oposto à preservação ambiental, como se sabe na oposição entre certa perspectiva “ambientalista” contrária à ocupação indígena em unidades de conservação, a qual se atualizará na posição de órgãos como o Instituto Estadual de Florestas - IEF por ocasião do processo de ocupação efetiva de Cambinhas.

## “ÍNDIOS” NO RIO DE JANEIRO

Do ponto de vista dos Mbya que vieram para Cambinhas, deixar Parati Mirim era, por um lado, uma necessidade, considerando-se um aspecto fundamental da organização social e da dinâmica da constituição de localidades mbya (PISSOLATO, 2007). Mas a vinda dos Mbya também se vincula ao “local indígena” que já existia às negociações com “outros índios” interessados em consolidar o

caráter “indígena” de Camboinhas e, ainda, com a perspectiva do então responsável pela guarderia de *windsurf*, que cedeu aos novos ocupantes o galpão que utilizava e ajudou na instalação da família.

A presença efetiva dos Mbya em Camboinhas dividiu opiniões no entorno, na cidade, no estado. Produziu manifestações pacíficas e não pacíficas, de opinião, ações na justiça, campanhas e, a partir dessa presença, parece ter tomado forma, com mais precisão, diferenças entre perspectivas que convergiam em contextos anteriores, quando se tratava de fazer oposição aos interesses de especulação imobiliária. Assim, configura-se, por exemplo, a distância entre o interesse dos Mbya instalados e certo interesse “ambientalista” – isso é, defendido por alguns agentes que atuam na construção de conhecimentos e políticas ambientais e também por setores da comunidade que utilizam esse argumento, afirmando a presença dos Mbya como contrária à preservação ambiental. Por outro lado, fez aparecer uma rede de apoiadores dos Mbya e sua “aldeia”, que significou desde ajuda material até a posição de faixas, a colaboração na organização de eventos, a elaboração de projetos etc.

Um espaço interessante de interlocução também se configura: aquele dos “interesses indígenas”, que se amplia, para os que vieram de Parati Mirim, do campo de negociações internas aos Mbya, vividas em experiências anteriores, na trajetória dessa família, para o diálogo com indígenas de outras etnias e com experiências muito distintas de vida e atuação junto aos brancos. Mais do que isso, os termos mudam. Não se trata apenas de “achar um lugar” para se viver, como teriam feito em experiências anteriores de mudança residencial. O lugar aqui já é, em certa medida, um lugar “indígena” e o “indígena” não corresponde necessariamente à perspectiva dos que vieram. O “indígena” aqui se remete ao que CARNEIRO DA CUNHA (2009) chamou a “cultura” (com aspas), a cultura enquanto metalinguagem. E, como essa mesma autora observa, coloca-se a necessidade, para os envolvidos, de lidar simultaneamente com ambos os contextos, o do discurso sobre a cultura e aquele que normalmente chamamos cultura (em antropologia).

As quarenta pessoas aproximadamente, que se deslocaram de Parati Mirim para Niterói, vêm buscar um novo lugar onde viverem, como fazem, frequentemente, os Mbya de tempos em tempos, mas vêm cientes de que se trata também de ocuparem uma posição de “índio” em um contexto de produção da “cultura”. Vêm preencher uma expectativa de “interesses indígenas” que se constroem, em certa medida, independentemente de sua chegada e justamente no contexto de certo “resgate” da “cultura” (cf. supra).

Os Mbya que ocupam a praia entram na rede de discursos sobre o local, tornam-se simultaneamente objetos de diferentes discursos (dos outros) e sujeitos que fazem apropriações e transformam conteúdos, que circulam nessa rede, em seu desafio de operar com ambos os contextos da cultura e, particularmente, de lidar com duas facetas da “cultura”: a da “cultura guarani” e a da “cultura indígena”.

Muitas imagens do “índio genérico” são mobilizadas no campo de negociações, tanto por parte dos que se opõem à presença dos Mbya ali quanto por parte dos seus apoiadores. Noções como a do “respeito à natureza”, “respeito aos antepassados”, certa vinculação ao “sagrado”, ao ideal da “vida em comum”, essas e outras imagens são frequentemente produzidas e acionadas nos discursos dos apoiadores. Noções como a de “autenticidade” e de “respeito” tornam-se elementos chave em um discurso humanitário de acolhimento aos que teriam “voltado” para assumir um lugar seu, por direito<sup>7</sup>.

Em Camboinhas, não apenas novos argumentos discursivos passam a ser utilizados pelos ocupantes mbya quanto à mudança na organização de suas ações com a inclusão de novos mediadores e interlocutores. Assim é em relação aos que poderíamos chamar de “mediadores indígenas”, indivíduos guajajara já referidos, que um ano mais tarde entrariam em conflito aberto com os Mbya, buscando garantir que o local abrigasse também uma “aldeia guajajara” e, em certo momento, integrantes de

7 Veja-se, por exemplo, a faixa afixada pelo Conselho Comunitário da Orla da Baía de Niterói – CCOB, em agosto de 2008, na entrada da “aldeia”, em que se lia “Saudamos os nossos irmãos Guarani à volta ao lar e exigimos o sambaqui no PESET”.



outros movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra - MST, argumentando sobre o caráter indígena “multiétnico” do local e sobre o direito de todos os povos do tronco Tupi sobre ele<sup>8</sup>.

Por outro lado, o campo de interlocução também se estende no diálogo com entidades locais, como o Conselho Comunitário da Orla de Niterói, antropólogos parceiros das universidades UFF e UERJ, que já desenvolviam projetos nas aldeias mbya do sul fluminense.

Em julho de 2008, um incêndio criminoso, amplamente noticiado na mídia, teria chamado a atenção para o local, por um lado, evidenciando a diferença radical de posições entre moradores da região quanto à presença dos Mbya na praia e, por outro, mobilizando de perto a rede de apoio que contribuiu para a rápida reconstrução das ocas e “reinauguração da aldeia”, em setembro do mesmo ano. Como disseram os Mbya, nesse período, se, por um lado, o incêndio demonstrava o risco e a necessidade de um controle mais eficaz da área, por outro, produziu um conjunto de manifestações de apoio *in loco* que evidenciava o interesse de uma grande parcela da população em sua permanência ali.

### CONCLUSÃO: VARIAÇÕES EM TORNO DA OBJETIVAÇÃO DA “CULTURA”

Lembrando o que diz CARNEIRO DA CUNHA (2009), em relação à problemática do “operar simultaneamente sob a égide da “cultura” e da cultura”, é interessante notar como os Mbya, em Camboinhas, vão lidar com a noção de “preservação” ou “preservação da cultura” e também, como alteram a experiência de “apresentar a cultura” para os brancos, algo que no contexto em foco parece ganhar intensidade com a presença de um certo argumento “educativo”.

Alguns elementos importantes na construção da imagem de Camboinhas como lugar importante do ponto de vista histórico e ambiental tornam-se parte do discurso dos Mbya, particularmente a presença dos sambaquis, ou, como diziam os ocupantes, os “cemitérios indígenas”. Nos primeiros meses, em Camboinhas, os Mbya diziam estar gostando do lugar, podendo realizar ali as atividades necessárias para “viver bem” e as crianças estavam saudáveis, indicativo importante. Mas, além da produção da vida cotidiana entre parentes, estava presente também o enunciado sobre a importância de se “preservar o local”, entendido como “sagrado”. O que parece ser fundamental nesse contexto e, particularmente em um momento em que se trata de legitimar a ocupação recente, é o argumento da preservação. Enquanto portadores de uma “cultura” definida de modo contrastivo com “a cultura do branco”, exploratória, destrutiva, ou que faz “acabar”, eles estariam aptos a assumir essa tarefa.

Sobre a identidade “indígena”, é interessante notar a variação no uso de referenciais étnicos. Conforme comentou o cacique Darci: “a comunidade *jurua* (brancos) gostava de tê-los ali e vinha visitá-los porque não sabia que havia índios no Rio de Janeiro e queria ver o índio de perto”. Muitos componentes dessa imagem genérica do “índio” entram efetivamente em cena: as ocas - distintas das casas utilizadas anteriormente nas aldeias mbya -; o uso de pinturas corporais e de cocares; as “demonstrações”, em certas ocasiões, do uso do arco e da flecha.

Mas se o valor de “ser índio” é parte fundamental da nova experiência e da relação que se estabelece *in loco* com os visitantes *jurua* (brancos), por outro lado, não impede que se firme uma posição “guarani”, particularmente no contexto em que fica evidenciado o conflito entre posições “indígenas” divergentes.

Essa flexibilidade em acionar tanto o “ser índio” quanto o “ser Guarani” tem um papel importante no desdobramento das negociações em torno da permanência dos Mbya em Camboinhas. “Ser índio” parece ser um argumento importante no embate com os opositores à ocupação mbya, que sustentam sua

---

8 Conforme site [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org), na matéria “Guaranis em Camboinhas, chega de mentiras!”, de autoria do CCOB, seguido de comentário resposta do CESAC.

posição via argumento ambientalista. Como vimos anteriormente, a legitimidade da ocupação sustenta-se, para um público mais amplo, sobre a noção generalizada da relação não predatória ou “respeitosa” dos “índios” com a “natureza”, a imagem estando presente em faixas, *banners* ou mensagens eletrônicas na rede de apoiadores, que veem os Mbya como merecedores de respeito e como portadores de um conhecimento precioso, conhecimento “indígena”, razão pela qual sua presença na praia representaria um grande ganho, uma dádiva para a população da cidade, que poderia usufruir de seu conhecimento.

Ficar em Camboinhas parece ter implicado, para os Mbya, na construção de uma resposta a essa demanda, podemos dizer, de “conhecimento”. Entre os Mbya que vivem no sudeste do Brasil, tem sido bastante comum, nas últimas décadas, a experiência das “apresentações” musicais e da comercialização da produção musical para os corais de cada aldeia, em CDs. Em eventos nas cidades, universidades, através de projetos elaborados em parceria com pessoas e instituições relacionadas com as aldeias, a chamada “cultura guarani” tem sido divulgada, principalmente através da música dos corais e do artesanato, através de projetos voltados para a valorização e melhoria das condições de sua exposição e venda.

O contexto de Camboinhas envolve lidar ao mesmo tempo com essa forma já estabelecida, se assim podemos dizer, de “apresentação” da “cultura” juntamente com outra forma, em resposta mais direta à demanda dos visitantes, que deve demonstrar a “vida do índio”.

Ocupar um lugar “indígena” na praia, parece exigir desses Guarani uma negociação constante do que entendem sobre sua própria experiência passada, vivida em aldeias mbya, no sul e sudeste do país e a resposta às demandas por “aprender” sobre um “modo de vida” que remete ao “índio genérico”. Não devemos nos esquecer, também, de que não se trata mais de “ir à cidade” para as “apresentações” contratadas e ensaiadas e depois voltar para a vida entre si; o que se “mostra” agora, *in loco*, no mesmo contexto em que se passa a vida cotidiana, e isso é parte da negociação política para a permanência no local.

Certo valor “educativo” associado à presença dos Mbya em Camboinhas por moradores e visitantes do lugar, talvez já estivesse vinculado ao local antes da sua chegada. George Rebello, o antigo ocupante do local, já desenvolvia atividades “educativas”, isso é, “integrando esporte e educação ambiental”, como vimos anteriormente. Alguns apoiadores dos Mbya falaram da possibilidade de se criar um “museu vivo” na área. Essa imagem (ou consciência) de uma vocação educativa do lugar aparece em diversos contextos discursivos - desde a vinculação do local à pesquisa “científica” em arqueologia e na proposta da “exposição adequada” dos seus objetos, até “projetos” propostos em parceria com o Laboratório de Estudos da Imagem e do Olhar Guarani (LEIO) da UFF, no período de 2008. Esse aspecto “educativo” do lugar, se assim podemos dizer, parece impregná-lo efetivamente, de modo que o visitante vai para “conhecer”, ou, como disse o cacique Darci, “por curiosidade”. Há certamente uma variação muito grande nas abordagens e expectativas dos visitantes, orientadas por experiências de vida e de formação as mais diversas, mas certa “vontade de saber” seria uma constante.

Ao concluir esta etapa da pesquisa, o que parece mais interessante é o reconhecimento de um conjunto de questões que esses novos contextos experimentados pelos povos indígenas fazem emergir, como a importância que assume a interação com a “imaginação ocidental” sobre o conhecimento indígena, coincidindo com uma “ativação das imaginações indígenas” para a lida nos novos contextos interétnicos, que se desenham (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). O uso da “cultura” é o argumento político e a questão fundamental já mencionada de como estar ligado simultaneamente com certa orientação cultural e com a “cultura”. Os desdobramentos reflexivos de tudo isso estão voltados tanto para as relações aos brancos, suas agências e projetos, quanto para a lida com os diferentes saberes reconhecidos no interior dos coletivos indígenas. Nesse sentido, como demonstra GALLOIS (2005) para os Wajãpi, operar com a “cultura” pode exigir um longo esforço de elaboração e amadurecimento



político, produzindo diferenças internas – como, por exemplo, entre gerações -, encontrando meios de fazê-las produtivas.

## CAMBOINHAS: DEBATES ABOUT AN “INDIGENOUS PLACE” AND “CULTURE”

### ABSTRACT

This paper focuses the settlement of a guarani mbya family that has left its indigenous land in Parati Mirim, close to Parati (state of Rio de Janeiro), where they used to live with other mbya families. Currently, they are settled in Camboinhas, an area surrounded by beaches in Niterói. We followed symbolic negotiations, about this place that now is known as an indigenous area. Besides, we also follow the negotiations about the “culture”, with particular interest over appropriations that mbya have done about their own “culture”.

**Keywords:** Guarani Mbya. Camboinhas. Transformations. Culture.

### REFERÊNCIAS

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “‘Cultura’ e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com asas*. São Paulo: Cosac e Naify, 2010, p. 311-373.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Os Wajápi em frente da sua cultura. *Revista do IPHAN*, n. 32, p. 111-129, 2005.

MACEDO, Valéria. *Nexos da diferença: cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PISSOLATO, Elizabeth. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya*. São Paulo: Edunesp, 2007.

### MATÉRIAS EM JORNAIS

AERON (Associação das Empresas da Região Oceânica de Niterói). “Pela conservação da história: Índios de todo o país e ONGs defendem sambaquis de Niterói”. Setembro/2006.

A TRIBUNA. “Guaranis se instalam nas dunas de Camboinhas”. 11/04/2008.

CCRON (Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói). “Manifestação pede preservação do Sambaqui Camboinhas”. *CCRON Notícias*. Abril/2006.

JORNAL DO BRASIL. “Dia do Índio: Culto às Origens”. Manchete. 23/04/2007.

JORNAL DO BRASIL. “Dia do Índio: Praia de Cambinhas transformada em palco de manifestações culturais e políticas. Aldeias partem em defesa do meio ambiente e origens”. 23/04/2007.

JORNAL DO BRASIL. “Delimitação do Parque da Serra de Tiririca ainda provoca muita polêmica: Lei não representa um ponto final”. 03/09/2007.

O FLUMINENSE. “Manifestação de índios em Niterói. 30/04/ e 01/05/2006.

O FLUMINENSE. “Apelo dos indígenas: índios participam de ritual em Cambinhas no qual pedem museu e a preservação de suas terras”. 22/04/2007.

O FLUMINENSE. “Comunidades de indígenas festeja decreto de Cabral”. 20 e 21/04/2008.

O GLOBO. “Ampliação do Parque da Tiririca põe fim a embate que durava 30 anos”. 20/04/2008.

SINDSPREV (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro). “Expansão imobiliária é ameaça a aldeia indígena”. 16/05/2008.